

ENTREVISTA/MARINA SILVA

Marina diz que a sociedade quer do PT soluções e não apenas denúncias

GERALDA FERNANDES

Todo o PT queria que Marina Silva, 36 anos, disputasse uma vaga para deputada federal, pelo Acre, mas ela recusou. "Foi difícil convencer o partido a me dar uma vaga para disputar o Senado, mas entrei na briga e deu certo", comemora hoje a senadora, que sonhava em criança ser freira. "Investi um bom tempo nesse sonho, mas depois vi que não era essa minha vocação", avalia. Marina Silva definiu questões fundamentais de atuação parlamentar para a Amazônia e os problemas dos excluídos da sociedade. "É um desafio, uma responsabilidade", admite. A senadora fala, nessa entrevista ao *Jornal de Brasília*, do processo de transformações por que passou o PT, que completa em janeiro 15 anos, e da importância de o partido desenvolver uma política mais afirmativa. "A política do diagnóstico, de levantar os problemas e da denúncia vai continuar sendo feita, mas a sociedade hoje já tem muito diagnóstico e o que se espera são soluções", avalia. A tendência do partido de fazer uma oposição com propostas alternativas ao Governo Federal, segundo a senadora, está posta e o partido não será impedimento para as reformas necessárias ao País. "Queremos disputar politicamente todas as propostas, apresentar alternativas, concordar, quando for o caso, em busca de um processo ágil", disse. A seguir, a íntegra da entrevista.

Jornal de Brasília — A derrota de Luiz Inácio Lula da Silva, a conquista pela primeira vez de governos estaduais, o aumento das bancadas no Congresso, enfim, o resultado das eleições, com vitória da corrente mais moderada do partido, significa que está surgindo um novo PT?

Marina Silva — As eleições refletem o resultado do processo que é o PT. Vamos fazer 15 anos e durante todo esse tempo acumulamos, na disputa política, na sociedade, nos movimentos sociais e foi isso que nos credenciou a aumentarmos significativamente a nossa bancada de deputados federais, quintuplicamos a bancada de senadores, já tínhamos várias prefeituras e agora temos dois governadores. As modificações que estão sendo feitas do ponto de vista das posições políticas também fazem parte desse processo. Se no início da formação do partido éramos mais ligados ao movimento social e sindical, hoje somos um partido que, além dessa característica, estamos também dentro da institucionalidade, que é o fato de estarmos no Parlamento, de estarmos no Executivo. Todo esse processo tinha que fazer com que o PT reavaliasse uma série de posições porque faz parte da própria dinâmica desse processo.

— O PT prega uma oposição propositiva, com apresentação de alternativas às propostas do futuro governo. Que tendência terá o partido daqui para a frente?

— A tendência está posta, graças a Deus, que é de fazermos uma política mais afirmativa. A política do diagnóstico, de levantar os problemas e da denúncia, claro que vai continuar sendo feita, só que a sociedade hoje já tem muito diagnóstico e o que se espera são soluções. E o PT acumulou ao longo desses anos algumas propostas que, com certeza, têm grande contribuição a dar face à crise política e social que o País atravessa. É por isso que nossa posição é de fazermos uma oposição programática ao governo do Fernando Henrique, no sentido de que vamos apresentar propostas e que estamos abertos, também, para que algumas propostas que vierem do governo, se estiverem de acordo com os interesses da sociedade, apoiarmos e esperamos que o governo faça o mesmo, que aceite as sugestões benéficas para a sociedade que venham dos partidos, não só o dos trabalhadores.

— Como a relação do partido

com o presidente Fernando Henrique será diferente da verificada em governos passados?

MS — Estamos com uma avaliação política que reflete o que foram os governos anteriores. Não dá para se comparar o Fernando Henrique com o Fernando Collor de

"Eu sou da Amazônia e vou defender no Senado uma política de desenvolvimento equilibrado para a região e assim evitar migrações"

Mello. O presidente eleito é um intelectual respeitado, dentro e fora do País, e que tem um corpo que o acompanha de intelectuais de renome. Então, o tipo de relação e de oposição que se espera ter com alguém desse perfil deve ser completamente diferente. Com certeza, até pelo momento político que o Brasil está vivendo, nossa forma de relação com o governo não será a mesma.

— Alguns parlamentares do PT reclamam do distanciamento entre a bancada e o comando do partido e que isso gera, inclusive, decisões equivocadas por parte da direção. Como deve ser a relação do PT no Congresso com o comando partidário?

MS — A relação entre o partido e a bancada deve ser, em primeiro lugar, de respeito, no sentido de que temos um partido que em termos gerais traça uma linha política para o conjunto da militância e dos parlamentares. Ao mesmo tempo, enquanto parlamentares, aqui dentro do Congresso, temos uma dinâmica da própria vida legislativa e isso tem que nos dar um mínimo de autonomia para que não fiquemos engessados e termos que consultar o partido em tudo. É claro que em algumas questões centrais temos de agir de acordo com uma posição geral. O processo anterior, da revisão constitucional, que houve problema entre o partido e a bancada, nos deu um acúmulo para reavaliarmos quais foram os erros cometidos pela bancada e quais foram cometidos pela direção, para que, a partir de agora, possamos inaugurar uma nova fase de relação. Há uma abertura grande das duas partes para que, nesse momento em que temos quase 50 deputados e cinco senadores,

possamos dar à sociedade aquela contribuição que ela espera, no sentido de que a bancada não deve ser um motivo de impedir o crescimento do partido e nem o partido deve ser um instrumento de impedir a grande contribuição que a bancada pode dar até mesmo no sentido de fazer visível as posições partidárias.

— O PT foi contra a revisão constitucional e o futuro governo tem propostas que incluem alteração da Constituição. Que mudanças são necessárias?

MS — Para que o País saia dessa situação caótica em que se encontra, há um grande consenso de que se deve fazer reformas profundas e algumas delas dependem da revisão da Constituição, que infelizmente não foi feita à época. Nesse momento a discussão é se é possível fazê-la, já que alguns juristas entendem que a forma de revertermos já passou. Para que o País volte a crescer, e tenha um mínimo de condições de governabilidade, é preciso investir em reformas, que vão desde a da Previdência, reformas fiscal, tributária e do Estado, enfim, e que algumas de revisão da Constituição, é preciso um mínimo de bom senso. Da forma como está na Constituição, se for pelo processo normal fica difícil, vai levar a vi-

"A situação caótica do País será sanada com reformas profundas e algumas delas dependem da revisão da Constituição"

da toda. O governo acaba e não se faz as reformas. Existem propostas do partido, no sentido de que a gente possa agilizar o processo das alterações.

— Como a senhora vê a questão da privatização e da quebra dos monopólios?

MS — As privatizações não podem ser encaradas como um dogma sagrado, que não se pode nem discutir. O PT está bastante aberto a isso. Acho que algumas empresas realmente não têm nenhum sentido serem estatizadas, algumas que são rentáveis e que cumprem um papel econômico, político e social na trajetória do País, como é o caso da Petrobrás, mas mesmo assim podemos discutir. Pode haver uma parceria entre o Estado e a iniciativa

privada.

— A senhora tem alguma estratégia definida para atuar no Senado?

MS — Quero trabalhar em duas questões que considero fundamentais: primeiro, a questão da Amazônia, por ser daquela região e por ter uma vida intrinsecamente ligada a seus problemas; e a outra, a questão dos excluídos, pela minha trajetória de vida. São dois temas que, se não estão na agenda política do País, devemos colocá-los. A questão do apartheid social es-

"Não dá para comparar Fernando Henrique com o Collor. FHC é um intelectual respeitado dentro e fora do País e merece atenção"

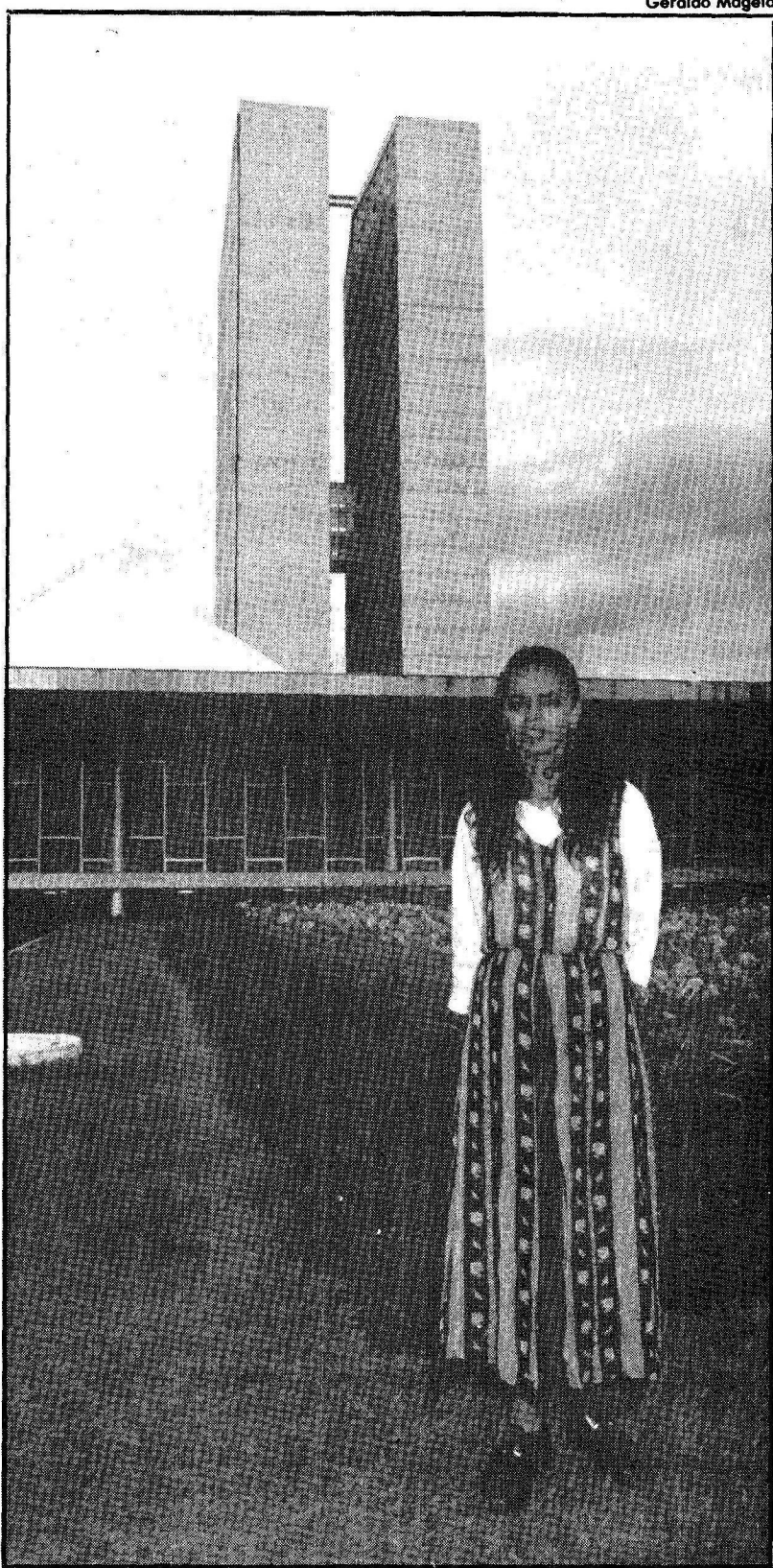
tá posta, a campanha do Betinho é uma contribuição fantástica, mas isso deve reverter, necessariamente, em políticas públicas. O Estado não pode fazer vistas grossas, paliativos não vão resolver o problema. Muitas coisas dependem do Executivo, mas o Legislativo pode se colocar, tanto do ponto de vista de algumas leis quanto de oferecer algumas sugestões, e isso quero fazer em nível de Estado, com relação a entidades não-governamentais. Com relação à Amazônia, devemos colocá-la na agenda nacional porque é 50% do território nacional e hoje está sendo completamente saqueada. As políticas de desenvolvimento da Amazônia são nefastas, todos os investimentos feitos com recursos públicos, através de incentivos fiscais, não resolveram o problema do desenvolvimento. Pelo contrário, agravaram. Os seringueiros foram desativados, as pessoas que ali moravam estão nas periferias das cidades, hoje há o grande problema de prostituição, de violência, de saúde e de educação.

— Como foi a trajetória da Marina seringueira até a Marina senadora, foi um caminho difícil?

MS — Foi um caminho difícil e, com certeza, não é uma regra na sociedade brasileira pelo alto grau de exclusão que a maioria das pessoas sofre. Vejo como sendo uma exceção e um motivo para trabalharmos com afinco, não só os políticos em si, mas a sociedade, para que as oportunidades não sejam somente exceção, mas possam ser regras. O carinho e também a surpresa e o respeito com que até a própria imprensa tem me tratado talvez seja em função mesmo dessa trajetória de muitas dificuldades, mas ao mesmo tempo de alguém que consegue ver isso com uma certa tranquilidade, sem rancor, e acima de tudo com o desejo de dar sua parcela de contribuição em parceria com outras pessoas e outras camadas sociais. É um desafio, uma responsabilidade. Trabalhei com meu pai nos seringais até os 16 anos, quando frequentei o primeiro banco de escola. Foi um processo rápido de educação, porque entre a primeira sala de aula, no final de 1975, e até terminar a faculdade, em 1984, com dois anos de paralisação dos estudos, foi tudo muito rápido, mas pode ser visto como que não basta esforço. Muitas pessoas se esforçam e não conseguem. Sou de uma família de oito irmãos comigo e os outros com certeza gostariam de estudar e não tiveram oportunidade. E assim conheço milhares de pessoas dentro dos seringais que gostariam muito de estudar e não vão conseguir por mais que tenham vontade.

— A Marina criança sonhava ser o que quando crescesse?

MS — Pensava em ser freira e até investi nesse sonho durante um bom tempo. Cheguei até a morar num pré-noviciário durante dois anos e meio, apostei muito nesse sonho, mas depois vi que não era bem essa minha vocação. Na minha vida sempre tive uma grande determinação em busca do que é correto, do que eu tenho a pureza do espírito de que é justo, aí me atiro nesse sonho. Mas não me programei para ser senadora, aliás o PT todo queria que eu fosse deputada federal, que seria mais fácil a eleição. Foi difícil convencer o partido a dar uma vaga para disputar o Senado. Saí assim: chega de nas eleições para senador a gente colocar um candidato pró-forma e a disputa ficar sempre entre os caciques, vamos apresentar uma alternativa. E assim entrei na briga. E deu certo.



Marina, 36 anos, nasceu nos seringais e quis um dia ser freira